



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A
DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO
EDUCACIONAL**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA
FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO**

CARLOS AUGUSTO CORREIA SOARES

**PALMAS-TO
DEZEMBRO/2010**



A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

CARLOS AUGUSTO CORREIA SOARES

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional.

Orientador: Elena Maria Mallmann

**PALMAS-TO
DEZEMBRO/2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE
EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia
de Especialização.

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO
PROCESSO EDUCATIVO**

CARLOS AUGUSTO CORREIA SOARES

Como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em
Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:
Claudemir de Quadros, Dr.
Elena Maria Mallmann, Dr^a
Marta Roseli de A. Barrichello, Dr^a

PALMAS-TO
DEZEMBRO/2010

RESUMO

Monografia de Especialização Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Latu-Sensu em Gestão Educacional Universidade
Federal de Santa Maria

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Autor: CARLOS AUGUSTO CORREIA SOARES

Orientador: Elena Maria Mallmann

Data e local da Defesa: Palmas-TO

Este estudo teve como objetivo diagnosticar e analisar determinadas escolas públicas da região central da cidade de Palmas-TO, nos seus diferentes segmentos, se as mesmas têm autonomia e liberdade de ação, podendo ser consideradas escolas democráticas. A pesquisa contou com a participação de diretores, professores, alunos e pais de alunos. O material utilizado para coleta de dados constitui-se de questionários específicos para os diferentes segmentos da comunidade escolar, contendo questões individuais. Após a análise dos resultados, conclui-se que a direção das escolas possui um bom relacionamento com os professores, alunos e também com os pais. Logo a maioria das escolas pesquisadas tem ou pelo menos estão tentando desenvolver uma proposta de gestão democrática, levando as pessoas da comunidade escolar a se envolverem cada vez mais para que todos tenham autonomia e liberdade de ação dentro dessa nova proposta.

Palavra-chave: democracia, gestão, família, participação, autonomia.

ABSTRACT

Monografia de Especialização Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Latu-Sensu em Gestão Educacional Universidade
Federal de Santa Maria

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Author: CARLOS AUGUSTO CORREIA SOARES

Adviser: Elena Maria Mallmann

Data e local da Defesa: Palmas-TO

This study aimed to diagnose and analyze some public schools in central city of Palmas-TO, in its different segments, whether they have autonomy and freedom of action and can be considered democratic schools. The study sample was comprised of principals, teachers, students and parents. The material used for data collection consisted of questionnaires specific to the various segments of the school community, containing individual questions. After analyzing the results, we concluded that the management of schools has a good relationship with teachers, students and also with parents. Soon the majority of schools surveyed have a Democratic Administration as proposed, where people who are part of the school community have the autonomy and freedom of action.

Key-word: democracy, management, family participation, autonomy

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1. Tema...	08
1.2. Justificativa.	08
1.3. Problema	09
1.4. Objetivos	10
1.4.1. Objetivo Geral	10
1.4.2. Objetivos Específicos	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Gestão democrática.....	11
2.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.....	17
2.3. Construção do Projeto Político Pedagógico – PPP.....	18
2.5. Participação da Família.....	21
2.6. A família no processo de aprendizagem do aluno.....	23
3. METODOLOGIA	31
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	32
5. CONCLUSÃO	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	44
7. ANEXO 1	47

1. INTRODUÇÃO

Em uma gestão democrática procura sempre buscar uma educação que valorize o conhecimento do aluno, fortalecendo uma democracia no processo ensino-aprendizagem. Numa gestão democrática, professores, coordenadores, diretores, alunos, pais de alunos e a comunidade devem estar envolvidos, participando efetivamente para que o espaço escolar se torne um ambiente onde se possa exercitar a democracia. Para se alcançar esse objetivo, é preciso que esse processo se dê desde a educação infantil, para assim formar cidadãos autônomos, participativos e independentes, para tanto, os professores devem estar dispostos a desenvolver relações democráticas na sala de aula tornando o ambiente em que elas convivem num local verdadeiramente democrático.

Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é fazer uma abordagem sobre a questão da importância da escola e da família para o desenvolvimento pleno do aluno. Pois um dos objetivos da educação hoje é favorecer uma participação que gere compromisso da família com o aprendizado e o sucesso escolar do aluno é também compromisso da escola a inserção curricular do ambiente cultural da família e da comunidade. Essa parceria assegurará com certeza o pleno cumprimento da função social da escola.

Assim, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de contribuir no processo educativo do aluno, e por entendermos que a parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação dos novos cidadãos do futuro.

Sob essas considerações, é importante declarar que a metodologia de trabalho compreendeu a formação de referencial teórico sobre a gestão democrática e a participação dos pais no processo educativo dos alunos, dentro das escolas, e também entrevista com todos os envolvidos no processo educativo do aluno.

Pode-se afirmar que nos dias atuais a escola e a família vivem uma parceria que antes não existia, buscando a interação em conjunto desse trabalho, que tem como principal objetivo o desenvolvimento do bem-estar e do aprendizado do aluno, os quais contribuirão na formação integral do mesmo.

1.1. Tema

A Gestão Democrática e a Participação da Família no Processo Educativo.

1.2. Justificativa

Há muito tempo vem-se refletindo sobre como envolver a família, promover a co-responsabilidade e torná-la parte do processo educativo. Sem dúvida, tal aproximação trata-se de uma difícil tarefa, isto, em função das inseguranças, incertezas e da falta de esclarecimento sobre o processo educacional, suas limitações, bem como sua abrangência. Compor uma parceria entre escola e família pressupõe de ambas as partes, a compreensão de que a relação família-escola deve se manifestar de forma que aos pais não responsabilizem somente a escola a educação de seus filhos e, por outro lado, a escola não pode eximir-se de ser co-responsável no processo formativo do aluno.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de contribuir no que for possível com o processo educativo dos alunos, e por entendermos que a parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo.

A escolha do tema se dá ao fato da educação ser hoje em dia o objeto de estudo da escola, e também por ser um instrumento primordial que viabiliza a prática da gestão democrática, pois seu papel é dirimir a filosofia, o pensamento, o comportamento e as relações humanas que os alunos necessitam para viver numa sociedade, pois dessa forma estarão aptos a construir uma visão sólida e crítica da realidade educativa, buscando sempre alternativas coletivas para os problemas no âmbito social e escolar.

1.3. PROBLEMA

O problema estabelecido no presente trabalho consiste no seguinte questionamento:

- Qual a importância da relação família-escola no processo educativo?

As políticas públicas pouco têm conseguido fazer pela formação de educadores reflexivos, sendo impedidas por seus próprios mecanismos burocráticos, fazendo, às vezes, o jogo inverso dessa prática educativa. A família acompanha e reage a todo este movimento, estando, porém, pouco consciente: vai à escola participar, opinar e reclamam somente quando a crise da política educacional preocupa seus interesses. Não se dá conta, no entanto, da sua parcela na produção dos problemas dos quais se queixa, nem de suas dimensões. É função da escola fazer um trabalho com os pais, que propicie a discussão dos interesses coincidentes, bem como dos conflitantes.

Na família, pai e mãe saem do trabalho confiando que a escola e outros especialistas, além da televisão e do computador dêem conta da educação de seus filhos. Assim, tanto a família quanto à escola, esperam que uma dê conta do papel da outra. Os alunos sentem-se abandonados e poucas vezes adquirem o equilíbrio necessário para receber a formação adequada e necessária para tornar-se um indivíduo consciente de sua cidadania.

A família e a escola vivem, hoje, uma crise em que os valores materiais pautam as relações. Assim, a boa escola é vista como a que mais oferece serviços e incrementos, que vão desde a informática, balé e inglês até câmeras instaladas nas salas de aula. Este comportamento pode ser justificado por uma expectativa dos pais de que a escola resolva todos os seus problemas.

Existe um relativo consenso de que a temática: "Família e Escola" tratem de uma relação complexa e, por vezes, assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre as instituições. E esta é, realmente, uma relação sujeita a conflitos de diferentes ordens. Nos dias atuais podemos ver este conflito observando a tênue distância formada entre o adulto e a criança.

Assim, tanto a escola como a família, poderão verificar seu papel no enfrentamento da crise que envolve a todos, ampliando as preocupações e princípios, que possam unir em alguns pontos, duas instituições tão complexas.

Este trabalho tem como questões norteadoras responder, de que forma a relação família escola pode contribuir para a construção da identidade, da autonomia e cidadania do aluno? A relação família-escola interfere no processo ensino-aprendizagem? Como?

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. GERAL - Compreender se a participação da família no processo educativo dos alunos contribui para o implementação da gestão democrática na escola.

1.4.2. ESPECÍFICOS:

- Propor uma gestão democrática dentro da escola;
- Construir um ambiente favorável ao aprendizado do aluno;
- Criar um ambiente de interação entre escola e família de acordo com os princípios da gestão democrática.

2. Referencial Teórico

2.1. Gestão democrática

Organizar o trabalho pedagógico em uma escola não é tarefa fácil é algo abrangente, requer uma formação de boa qualidade além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busque incessantemente a autonomia, liberdade, emancipação e a participação na construção do projeto político-pedagógico. Numa gestão democrática, o gestor precisa saber como trabalhar os conflitos e desencontros, deverá ter competência para buscar novas alternativas e que as mesmas atendas aos interesses da comunidade escolar, deverá compreender que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos membros, respeitando a individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas fontes de enriquecimento do trabalho coletivo.

A educação é o objeto de estudo da escola, ela é um instrumento primordial que viabiliza a prática da gestão democrática, pois seu papel é dirimir a filosofia, o pensamento, o comportamento e as relações humanas que os alunos necessitam para viver numa sociedade, pois dessa forma estarão aptos a construir uma visão sólida e crítica da realidade educativa, buscando alternativas coletivas para os problemas no âmbito social e escolar.

A organização do trabalho pedagógico é uma estratégia educacional para democratizar o processo ensino-aprendizagem, então é de suma relevância para um gestor implementar novas forma de administrar em que a comunicação e o diálogo estejam inseridos na prática pedagógica do aluno. Cabe ao gestor assumir a liderança deste processo com competência técnica e política.

Conforme LIBÂNEO (2001, p.102), ao assumir um papel o gestor deve, necessariamente buscar a articulação dos diferentes atores em torno de uma educação de qualidade, o que implica uma liderança democrática, capaz de interagir com todos os segmentos da comunidade escolar. A liderança do gestor requer uma formação pedagógica crítica e autônoma dos ideais neoliberais. Nesse sentido, o objetivo é construir uma verdadeira educação com sensibilidade

e também com destrezas para que se possa obter o máximo de contribuição e participação dos membros da comunidade.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporcionar um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica das relações da escola com a comunidade, e favorecer uma aproximação maior entre professores, alunos e pais.

De acordo com o autor, pode-se observar que a escola precisa ter liderança de um gestor comprometido com a qualidade da educação e com as transformações sociais que possibilite avançar o aluno nos mais variados aspectos: social, político, intelectual e humano. Organizar o trabalho pedagógico requer enfrentar contradições oriundas das diversas realidades que se encontram numa escola, daí a necessidade da escola educar para a democracia, e essa tendência pedagógica deverá ser observada ao longo jornada.

Para LÜCK (1998, p.15), "o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agir sobre elas em conjunto". A participação fortalece a gestão democrática, contudo há uma necessidade de descentralização e democratização da educação para que venha provocar mudanças pedagógicas no processo ensino-aprendizagem.

Conforme a autora a gestão participativa é uma necessidade de qualquer gestor que pretende priorizar a qualidade do trabalho pedagógico, nenhuma escola avança sem unidade do grupo, portanto a participação plena promovida pela gestão escolar pode dá sustentabilidade própria ao processo educacional fortalecendo o desenvolvimento de uma consciência social crítica direcionada a formação humana.

Uma gestão de qualidade requer liderança abalizada e dedicação, visando valores que inspirem a todos á trabalharem em prol de uma escola produtiva. Daí

aos responsáveis pela Gestão de criarem um ambiente estimulador para o aprendizado e para a participação de todos no processo educativo.

A qualidade da educação não depende apenas de uma gestão democrática, mas de um planejamento participativo e de um projeto pedagógico eficiente e contextualizado com a realidade da escola. VEIGA (2001,p 34)

A escola é uma organização viva e dinâmica, que compartilha de uma totalidade social, e o seu projeto político-pedagógico deve ser também vivo e dinâmico, norteador de todo movimento escolar seu plano global, seu plano de ensino, seu plano em torno das disciplinas e, inclusive seu plano de aula. Em fidelidade ao conceito de formação, os sujeitos envolvidos gestores, pais, professores e alunos traduzem o projeto político-pedagógico concretamente, visando á construção da formação humana. E a finalidade das mediações de ordem escolar tem como parâmetro, ou deveria ter, a própria formação.

Nesse âmbito, faz necessário romper com as tendências fragmentadas e desarticuladas do modo de conceber o projeto para re-significar as suas práticas, para criar a identidade de cada escola particularmente.Tendo como ponto de partida, o planejamento.

Partindo desse princípio, a escola precisa da participação da comunidade como usuária consciente deste serviço, não apenas para servir como instrumento de controle em suas dependências físicas.Trata-se de romper com os muros da escola.

Mudar as relações de trabalho esse é o principal objetivo de uma gestão democrática, para que essa meta seja atingida precisamos redefinir o conceito de educação através de um planejamento pedagógico consistente voltado ao aprendizado do aluno. Várias escolas não consegue planejar por despreparo da equipe técnica e no fim acabam perdendo a qualidade do ensino. Conforme PADILHA (2001, p.30)

A partir da visão interdisciplinar os professores devem reconhecer a importância de romper com as posições pedagógicas autoritárias para fazerem dialeticamente a relação necessária entre as disciplinas que compõem o currículo

escolar e a realidade concreta da vivência do aluno. O desafio de um novo projeto pedagógico não deve levar em conta o consenso como ponto de partida, mas o conflito que favorece a diversidade numa trajetória construída coletivamente na tomada de decisões.

Para muitos autores o planejamento é o processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios(matérias) e recursos(humanos) disponíveis, visando a concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Por isso a escola deve preparar os professores para um ensino focado na aprendizagem viva, criativa, experimentadora, presencial-virtual, com professores menos “falantes”, mais orientadores, ajudando a aprender fazendo; com menos aulas informativas e mais atividades de pesquisa, experimentação, projetos; com professores que desenvolvem situações instigantes, desafios, solução de problemas, jogos.

É fundamental que nesse processo de mudança a escola busque a unidade entre a família, gestor, comunidade, professores, alunos, funcionários onde cada um sinta-se responsável em transformar a educação. Se realmente desejamos formar crianças que no futuro sejam indivíduos autônomos, criativos e participativos, precisamos hoje trabalhar a autonomia do próprio professor, levando-o a estabelecer relações democráticas em sala de aula, excluindo o autoritarismo com seus alunos, pois só podemos auxiliar as crianças a tornarem-se autônomas e com caráter democrático, por meio de atitudes e posturas das pessoas com quais elas convivem.

As mudanças nas escolas só irão acontecer de fato se houver uma organização do trabalho pedagógico emanado por um corpo técnico de diretores e coordenadores pedagógicos trabalhando em conjunto com o corpo docente,

funcionários e demais membros da equipe escolar avaliando e reconstruindo seus projetos, planejamentos e planos.

A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. E reafirma no artigo 206 o princípio da gestão democrática como orientador do ensino público. O processo de uma gestão democrática exige a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões políticas de caráter pedagógico. Assim, o Plano Nacional de Educação, de 2001, coloca como objetivo principal a criação de Conselhos nas escolas de ensino básico. Tais Conselhos são formados por representantes dos seguintes segmentos: pais, alunos, professores e funcionários, incluindo a Direção.

Como se pode conferir, algumas medidas têm sido tomadas com o intuito de provocar mudanças no tipo de gestão escolar praticada até pouco tempo. Mas ainda serão necessárias outras medidas e investimentos para que a prática democrática seja realidade brasileira.

Por outro lado, será necessário que a escola seja conscientizada de que precisa estar sujeita a mecanismos de controle e fiscalização pela própria sociedade, pois democracia não pode ser confundida com falta de responsabilidade e de autoridade.

Faz-se necessário reestruturar o papel da escola, que vai além da mera transmissão de conhecimento, a fim de formar pessoas para um mundo mais justo e solidário. Para que isso aconteça necessitamos ter uma prática educacional pautada na justiça e na solidariedade humana.

Hoje, vivemos a transição para a sociedade da informação que exige uma outra postura da figura *diretor-gestor*, mais atenta com a rapidez com que o conhecimento vem sendo produzido. O acesso e o domínio desse conhecimento são um direito de todos os indivíduos e cabe à escola realizar essa tarefa.

Portanto, a democratização da educação passa pela democratização do conhecimento produzido e isso só será possível através da construção de um

novo tipo de gestão onde se busca a transformação da sociedade e da escola por meio da participação de todos.

O tema sobre gestão democrática está presente em quase todos os discursos sobre educação. Na prática sabe-se que não é fácil romper paradigmas e transformar, do dia para a noite, o tipo de gestão tradicional que sobrevive há séculos. Porém já encontramos alguns indícios dessa prática no cotidiano escolar e aí entra a figura do diretor-gestor.

É através do compartilhamento da gestão na escola, distribuída entre todos os segmentos envolvidos, que vai caracterizar uma gestão democrática, capaz de atender às necessidades dos alunos no processo ensino-aprendizagem mais amplo: aquele que além de construir conhecimentos também prepara para a vida pessoal e profissional e para o exercício da ética e da cidadania.

O gestor-líder é aquele que volta suas ações para os bons resultados da educação e esse objetivo é buscado pela divisão de tarefas e integração de idéias e ações, de forma a se solidificar um grande compromisso com as famílias e comunidades envolvidas. O compartilhamento de um propósito comum entre escola, família e comunidade em torno de uma educação de qualidade para as crianças e adolescentes, nasce a partir da liderança e pode, inicialmente, se manifestar por meio de projetos e ações que, aos poucos, vão desaguar em uma gestão conjunta e parceira, capaz de realizar sonhos e planos que, em um primeiro momento, pareciam impossíveis e muito distantes.

Saber chamar e envolver a família e a comunidade, respeitando suas opiniões, discutindo democraticamente suas idéias e aspirações e promovendo a realização de um trabalho integrado são requisitos indispensáveis ao exercício da liderança compartilhada e competente em gestão escolar.

Desta forma, no contexto escolar, a gestão participativa é obtida por meio do envolvimento de professores e outros funcionários, alunos, pais e qualquer outro representante da comunidade nos processos de que visem o estabelecimento dos objetivos da escola; os diagnóstico e solução de problemas; as tomadas de decisões sobre investimentos a serem realizados; e o estabelecimento e manutenção de padrões de desempenho. Importante lembrar que comunidade compreende um conjunto de pessoas que tem aspectos comuns como: Território, história, cultura, leis e códigos, vocabulário, formas de produção,

que conferem ao grupo uniformidade e identidade; e que a escola é uma comunidade inserida dentro de outras, o que exige um pensar melhor sobre os objetivos da escola, uma melhor compreensão de quem são os públicos que ela atende, e o desenvolvimento de planos que levam em conta as características mais significativas da realidade dentro e em torno da escola. O conhecimento e reconhecimento permitem o embasamento para o desenvolvimento da noção de identidade coletiva e do sentimento de pertença (PARANÁ, 2002).

É preciso refletir sobre a participação da comunidade dentro da escola, num processo em que tenham o poder de decidir e agir, sendo atores escolares, sujeitos de sua história. É necessário romper com o modelo tradicional de educação, através do cultivo da participação, do trabalho coletivo, da ação colegiada, da realização pelo bem comum.

É preciso possibilitar momentos de experimentação da democracia na escola para se tornar uma prática efetiva, consolidada e possível de ser efetivamente vivenciada tanto pela família como pelo os alunos.

2.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB

A gestão escolar democrática e descentralizada, prevista pela Constituição Federal de 1988, ganhou legislação própria com a promulgação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, cuja redação pautada no princípio democrático do ensino público, descreve a escola como uma instituição autônoma “formadora de um corpo de entendimentos, estabelecidos através do consenso interno”, gerado pela própria comunidade escolar, mediante a participação de diretores, pais, professores, funcionários e alunos, vinculando a construção social de novas realidades à cultura local (BOTLER, 2003, p. 121).

Assim, a LDB prevê em seu artigo 3º. inciso VIII, que o ensino será ministrado com base no princípio da “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”, entre outros; mediante a “participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica” e a “participação das comunidades escolar e local, em conselhos escolares ou equivalente” (art. 14º., incisos I e II); mediação ao fato de que serão assegurados “às escolas progressivos graus de autonomia pedagógica,

administrativa e de gestão financeira” por parte dos “sistemas de ensino” (art. 15º.) (BRASIL, 1996).

Dentro do princípio democrático, segundo Maia e Bogoni (2003, p. 2), a Gestão Escolar compreende o processo político por meio do qual as pessoas integrantes da escola, tendo como princípio básico, o diálogo e a autoridade “discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola”, mediante a “participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola”.

A gestão escolar, dentro da perspectiva democrática, “passa pela democratização da escola e por sua natureza social, não se restringindo exclusivamente aos processos transparentes e democráticos ligados à função administrativa”. Assim sendo, a gestão escolar engloba duas dimensões: interna e a externa. A primeira refere-se à organização interna da escola, que contempla os “processos administrativos, a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos, político e administrativo”. A segunda está ligada à função social da escola, sua vocação democrática. (SILVA, 2007, p. 3).

2.3. Construção do Projeto Político Pedagógico – PPP

O projeto pedagógico compreende um trabalho conjunto, pensado e elaborado em favor do bem comum. Uma proposta para o porvir de uma escola. O termo projeto é de origem latina: projeto ou projeto, cujo significado é “lançar para frente, fazer pulsar a partir de dentro, arremessar, afastar”; e o pedagógico vem do grego paidagogikós, que significa “cuidar de uma doença”. Paidagogikós, por sua vez, deriva do termo paidéia, que corresponde a “educação, ensino, exercício com as crianças, método de ensino, formação, conhecimento, arte de fazer qualquer coisa”, do qual advém o termo pedagogia, que significa “direção de crianças, educação, cuidado de um enfermo” (LOURENÇO et al., 2003, p. 2).

Além destes termos, “projeto” e “pedagógica”, Veiga (2002) aborda também o enfoque “político”, traduzido pela busca um rumo, de uma direção, por meio de uma ação intencional, que possui sentido explícito, um compromisso

definido coletivamente. Assim, todo projeto pedagógico de escola é um projeto político, porque além de ser pedagógico no “sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas” para atingirem os propósitos e intencionalidades almejadas, também está intimamente ligado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Assim, a projeto político-pedagógico – PPP compreende a construção coletiva, “dos atores da Educação Escolar”, resultando na tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, por todos os agentes envolvidos no processo da educação democrática: professores/alunos/equipe pedagógica/pais, mediante os recursos de que dispõe (PIMENTA, 2002).

Para GADOTTI (1994) a construção do projeto compõe a direção política, o rumo, norte, por esse motivo, a construção do projeto é um inconcluso, “uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”.

Os elementos são mutáveis, modificam-se de ano para ano, no mesmo ano; de Escola para Escola, na mesma Escola. Por isso, a equipe vai depurando, explicitando e detalhando a inserção da Escola na transformação social.

Assim, o projeto político-pedagógico vai ficando consistente e sólido à medida que vai captando sistematicamente a realidade na qual se insere. Motivo pelo qual, a realização contínua de diagnósticos abertos dessa realidade é um instrumental importantíssimo para essa construção, pois constata a realidade, permitindo a leitura e a interpretação, supondo conhecimento/posicionamento teórico/prático da equipe (ROSSI, 2003).

Nesse contexto, Lourenço et al. (2003, p. 2) elucidam: O PPP figura como pré-requisito básico para que alguém faça parte do corpo docente ou até mesmo da equipe administrativa, “visto que nenhuma atividade educacional pode ser feita a esmo, sem referência ao que a instituição como um todo se propõe alcançar”.

Assim sendo, a responsabilidade pela construção do PPP não se restringe à direção da escola, pois, na gestão democrática, a escolha da direção se dá mediante o conhecimento da competência e liderança do profissional capaz de executar o projeto coletivo. A criação do PPP precede a escolha de que possa executá-lo, pois a eleição do diretor permite a escolha de um PPP para a escola.

“Ao se eleger um diretor de escola o que se está elegendo é um projeto para a escola”.

“Na escolha do diretor ou da diretora percebe-se já o quanto o seu projeto é político” (GODOTTI, 1994). Desta forma, para Veiga (1995; 2001), o PPP é político, pelo compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade, e pedagógico, por definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprirem seu propósito, sua intencionalidade (unicidade teoria e prática, construção do currículo, qualidade do ensino).

Entretanto, o PPP se funda em duas lógicas completivas e distintas, empresarial e emancipadora. Empresarial porque se alicerça na lógica do planejamento estratégico empresarial, o que concebe um instrumento de controle, atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais e estratégias que emanam de vários centros de decisão. Emancipador porque implica na construção de um modelo de gestão democrática, envolvendo diferentes instâncias que atuam no campo da educação (escola-comunidade e demais forças sociais), cujo objetivo é à emancipação voltada para a construção do sucesso escolar e a inclusão como princípio e compromisso social. A construção do projeto político-pedagógico implica, sobretudo, no repensar da estrutura política, o que traduz para instituição escolar, um desafio inovador emancipatório ou edificante, tanto na organização do processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados (ROSSI, 2003).

Considerando que a escola é muito mais que uma instituição reprodutora das relações sociais e valores dominantes, pois figura também como instituição de confronto, de resistir e propor de inovações, a “inovação educativa deve produzir rupturas e, sob essa ótica, procurar romper com a clássica cisão entre concepção e execução”, divisão característica da fragmentação do trabalho. Desta forma, o projeto pedagógico inovador amplia a autonomia da escola, empreendida por meio do intercâmbio e da cooperação “permanente como fonte de contraste e enriquecimento”, que sobrepõe o isolamento e do saudosismo (CARBONELL, 2002).

Para LOURENÇO et al. (2003, p. 2), o PPP compreende o “coração da escola”, um instrumento que engloba o conhecimento que o passado oferta, a vitalidade pertinente ao presente e o anseio da remodelação suscetível no futuro próximo.

Nesse sentido, VASCONCELOS (2002) elucida que projeto político pedagógico traduz um plano global da instituição que, sendo processo, implica em elaboração (expressão da identidade, opções, visão, julgamento da realidade e as propostas de ação) que, a partir da realidade, visam à concretização daquilo que se propõe, e realização interativa, a implementação prática do projetado, acompanhado de avaliação.

A construção continuada desse projeto implica no desenvolvimento coletivo do “pensar/escrever o projeto, pensar/aplicar o projeto, pensar/avaliar o projeto e pensar/atualizar o projeto”, as quais não acontecem separadamente, mas se integram permeadas pela articulação teórico-aplicativa. Daí a importância da sensibilização e organização coletiva da comunidade escolar, porque “sensibilizar é a melhor forma” de contar com o envolvimento e a participação de todos, concretizados através da reflexão sobre determinados princípios, como “igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério” (VEIGA, 2002, p. 4).

Cabe acrescentar que, quanto à estrutura do Projeto Político Pedagógico, o Conselho Estadual da Educação, por meio da Deliberação n. 014, de 08 de outubro de 1999, (item 4) determina que o mesmo englobe: explicitação sobre a organização da entidade escolar; filosofia e os princípios didático-pedagógicos da instituição; conteúdos, competências e habilidades propostas e os respectivos encaminhamentos metodológicos; atividades escolares, em geral, e as ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante o tempo escolar; matriz curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos a que se destina; processos de avaliação, classificação, promoção e dependência; regimento escolar; calendário escolar; condições físicas e materiais; relação do corpo docente e técnico-administrativo; plano de formação continuada para os professores; plano de avaliação interna e sistemática do curso (PARANÁ, 1999).

2.4. Participação da Família

O envolvimento da família com a vida escolar, favorece cada vez mais o processo ensino-aprendizagem. As vivências na docência e a reflexão sobre a prática pedagógica, com momentos de maior intercâmbio com a família, completam o objetivo da escola e, com efeito, pode-se afirmar que o sucesso

escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que, responsável pelos filhos, compensa tanto as dificuldades individuais quanto as deficiências na escola.

Assim, segundo PATTO (1981), ao pensarmos na questão das dificuldades de aprendizagem, na evasão escolar, na repetência, é preciso pensar, também, que a criança não é a única destinatária da mensagem escolar e usuária da escola, sua família também o é. É irreal esperar que essas mães e pais ajudem seus filhos nas lições. É preciso que os pais se sintam bem no ambiente escolar; é preciso que saibam que a escola lhes pertence.

Quando a escola se aproxima da família e a família do processo educativo do aluno há uma aproximação positiva que resulta num maior desempenho acadêmico dos alunos, por outro lado, quando há um baixo envolvimento parental na escola poderá haver um risco para o abandono e para o fracasso escolar. A interação das famílias e da escola no processo educativo do aluno tem efeitos no seu desempenho escolar.

Para os alunos também há benefícios quando os pais se interessam pela sua escolaridade, têm uma maior motivação e como tal desenvolvem atitudes positivas em relação à aprendizagem, dando origem ao sucesso acadêmico e pessoal. As potencialidades são transformadas em capacidades.

Tal como os pais, a escola educa para a liberdade, através do diálogo e da autoridade. Por isso, nestes dois campos, as posições são idênticas, quer para a família, quer para a escola, e pressupõem uma forte coordenação no modo de pô-las em prática.

Além disso, a escola educa através da sua maneira de atuar. Um educando aprende a ser livre quando os sistemas educativos lhe apresentam um padrão no qual ele pode desenvolver, progressiva e racionalmente, as suas capacidades críticas e de opção, dentro de um compromisso de obrigações que o aperfeiçoam como pessoa e o inserem na sociedade.

O sistema escolar deve assentar também no diálogo entre educando e educadores, pois é o diálogo, e não o monólogo dos professores que desperta a atitude crítica base em que assenta a liberdade.

Pode-se então destacar que família e escola têm uma missão compartilhada: a orientação pessoal do educando.

2.5. A Família no processo de educativo do aluno

Historicamente, a família constitui uma instituição de extrema importância na formação e na educação das crianças, juntamente com a escola, onde é desenvolvida a educação e formação sistematizada das mesmas. Porém, é no ambiente familiar que a criança tem seu primeiro contato com a sociedade.

Daí a importância da união dessas duas instituições sociais na formação educacional das crianças, embora a maioria dos sistemas educacionais defendam a posição de que a educação inicial é de responsabilidade da família, pelo fato de considerar esse ambiente familiar como ideal para o desenvolvimento e educação das crianças.

A escola foi criada para servir à sociedade. Por isso, ela tem a obrigação de prestar contas do seu trabalho, explicar o que faz e como conduz a aprendizagem das crianças e criar mecanismos para que a família acompanhe a vida escolar dos filhos. “Os educadores precisam deixar de lado o medo de perder a autoridade e aprender a trabalhar de forma colaborativa”.

Mas o que significa uma parceria saudável entre essas duas instituições? Os pais devem ajudar no ensino dos conteúdos e os professores no dos bons modos. A colaboração que se espera é de outra ordem. "O papel do pai e da mãe é estimular o comportamento de estudante nos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem e incentivando a pesquisa e a leitura". Para isso, é preciso orientar os pais e subsidiá-los com informações sobre o processo de ensino e de aprendizagem, colocá-los a par dos objetivos da escola e dos projetos desenvolvidos e criar momentos em que essa colaboração possa se efetivar.

Quando o assunto é aprendizagem, o papel de cada um está bem claro - da escola, ensinar, e dos pais, acompanhar e fazer sugestões. Porém, se o tema é comportamento, as ações exigem cumplicidade redobrada. Ao perceber que existem problemas pessoais que se refletem em atitudes que atrapalham o desempenho em sala de aula, os pais devem ser chamados e ouvidos, e as soluções, construídas em conjunto, sem julgamento ou atribuição de culpa. “Um

bom começo é ter um diálogo baseado no respeito e na crença de que é possível resolver a questão”.

Essa linha de pensamento defendida por grande parte dos sistemas educacionais não leva em consideração o fato de haver problemas estruturais nas famílias e que crianças que convivem nesse tipo de ambiente, geralmente não têm o devido acompanhamento no desenvolvimento educacional, tanto no ambiente escolar, no qual na maioria dos casos os pais não se fazem presentes no monitoramento dos filhos, quanto no ambiente familiar, no qual não há um controle da disciplina transmitida para a criança, e, ainda, nem sempre a educação familiar é realizada pelos seus próprios pais. Sendo assim os pais precisam conhecer e discutir os objetivos da proposta pedagógica e os meios organizados para atingi-los, além de trocar opiniões sobre como o cotidiano escolar se liga a esse plano.

A prática de reunir os pais periodicamente, para informá-los e discutir algumas mudanças a serem feitas no cotidiano das crianças, pode garantir que suas famílias apoiem os filhos de forma tranqüila (OLIVEIRA, 2002, p. 181).

Para isso a relação envolvendo a escola e a família precisa estar em perfeita harmonia para que ocorra um processo de educação eficiente, uma vez que a escola é uma instituição que possui o objetivo de complementar o ambiente familiar. Sendo assim, a escola não deve funcionar sem a família e vice-versa, pois uma depende diretamente da outra visando ao desenvolvimento social e educacional das crianças.

Sabe-se que é consenso que a família imprime as primeiras disposições mentais com as quais a criança vai perceber o mundo social, que mais tarde vão ser complementadas e formalizadas pela escola. Nota-se que para serem desenvolvidos e interiorizados, os comportamentos infantis não prescindem da atenção dos familiares, por meio de exemplos e repetições constantes, até se tornarem uma norma de conduta. O controle dos instintos humanos requer uma família disponível e consciente de sua responsabilidade para preparar a criança a assumir seu lugar na sociedade, o que personaliza a cultura de um povo ao longo das gerações.

Na maioria das culturas, o ingresso da criança na escola corresponde a uma fase de desenvolvimento socialmente decisiva. Verifica-se que nesta etapa, a criança experimenta a necessidade de ser reconhecida pela realização das tarefas valorizadas pelo meio ambiente. O aprender na escola, torna-se especialmente marcante nas etapas iniciais de escolarização, cumpre papel no processo do desenvolvimento da criança. Sabe-se que no processo de aprender, variáveis afetivas e cognitivas são consideradas como importantes na compreensão e no envolvimento da criança, influenciando o desempenho escolar.

A vida em família é onde se inicia o aprendizado emocional, nesse caldeirão íntimo aprendemos como nos sentir em relação a nós mesmos e como os outros vão reagir a eles; aprendemos como avaliar nossos sentimentos e como reagir a eles; aprendemos como interpretar e manifestar nossas expectativas e temores. Aprende-se tudo isso não somente através do que nossos pais fazem e do que dizem, mas também através do modelo que oferecem quando lidam, individualmente, com os seus próprios sentimentos e com aqueles sentimentos que se passam na vida conjugal.

Apreende-se que ter pais emocionalmente inteligentes é em si de enorme proveito para a criança. Observa-se que a maneira como um casal lida com os seus sentimentos além do trato direto com a criança, transmite sábias lições para seus filhos, que são aprendizes espertos, ligados com os mais leves sinais emocionais na família.

É sabido que o sucesso escolar depende, em grande maioria, de características emocionais que foram cultivadas nos anos que antecedem a entrada da criança na escola. A primeira oportunidade para moldar os ingredientes da inteligência emocional é nos primeiros anos, embora essa aptidão continue a forma-se durante todo o período escolar, aprimora-se que crianças com transtorno de déficit de atenção são capazes de obterem ótimos resultados escolares desde que seus pais estimulem a sua inteligência emocional para aprendizagem escolar.

"O conhecimento avança quando o aprendiz enfrenta questões sobre as quais ainda não havia parado para pensar" (WEISZ, 2002, p.71).

Compreende-se que a inteligência emocional começa nos primeiros anos de vida e continua durante toda a infância. Todos os pequenos sinais entre pais e filhos contêm um tema emocional, averigua-se que com a repetição das mensagens positivas de confiança através dos anos e o estímulo e interesse dos pais na aprendizagem escolar de seus filhos com transtorno de déficit de atenção, essas crianças formam o núcleo de sua perspectiva e aptidões emocionais. Levar as crianças com o transtorno de déficit de atenção a pensar é uma tarefa difícil para muitos pais, mas não impossível. Deve-se primeiramente trazer a criança para a sua realidade, mostrar-lhe as suas responsabilidades escolares e participar constantemente do processo ensino-aprendizagem de seus filhos. Lembre-se que os pais se tornam os espelhos de seus filhos, a família em geral deve-se estar atenta às mensagens enviadas a criança com esse transtorno, pois mesmo aparentemente estando desligadas assimilam a linguagem verbal de seus pais, estuda-se que quando o tipo de contato torna-se frio, desmotivado entre a criança e os pais, ele molda a expectativa que irão caracterizar o comportamento dela em todas as áreas da vida, para melhor ou para pior (CURY 2003, p. 47),

A educação dos filhos é uma tarefa complexa e difícil para alguns pais. Compreende-se que é no cotidiano da criança, hora de tomar banho, alimentar-se, decidir com que roupa vai sair escolher o horário de retornar do passeio, hora de estudar para as avaliações bimestrais, enfim, entre tantas outras que ocorrem verdadeiras "guerras" entre pais e filhos, porém é quando ocorre essas situações que se deve surgir as intervenções dos pais e familiares que convivem com a criança com transtorno de déficit de atenção, intervenções adequadas que auxiliemos pequenos na construção de sua personalidade moral, na formação de seu caráter.

A participação efetiva dos pais no processo de aprendizagem facilita a prática pedagógica dos professores. Isso evidencia a responsabilidade que a

escola tem em incentivar e apoiar sem articulação família-escola. As duas instituições são responsáveis pela inserção do homem no contexto social, devendo torná-lo capaz de alcançar o conhecimento com autonomia e acompanhar as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas.

“Ensinar é propiciar situação que permitam ao educando modificar o seu comportamento de determinado modo” (SEAGOE, 1978, p. 07).

A família como toda instituição social, apesar dos conflitos é a única que engloba o indivíduo em toda a sua história de vida pessoal (PRADO, 1981, p. 09). É nela que a criança adquire suas primeiras experiências educativas, sociais e históricas que a criança aprende a se adaptar às diferentes circunstâncias, a flexibilizar e a negociar, independente das normas educacionais que são impostas aos familiares, através da escola, da ideologia vigente de cada sociedade etc.

No ambiente familiar, o modo de ser da família pode ser aprendido por meio de imitações, de significados atribuídos às determinadas situações que se dão na convivência via significado atribuídos às determinadas situações que se dão na convivência via discurso das pessoas da família ou via comportamentos. É na família, que a criança aprende a se relacionar com outro, que aprende mitos, crenças e valores que traçam seu perfil como pessoa.

Dependendo da disponibilidade dos pais, o acompanhamento da educação da criança é efetuado por pessoas que na maioria das vezes sequer são parentes das mesmas, proporcionando dessa forma uma provável deficiência na qualidade da educação.

Sendo assim, PARO (2000, p.16) apud CAETANO ressalta que o distanciamento entre escola e família não deveria ser tão grande, pois para ele, a escola “não assimilou quase nada de todo o progresso da psicologia da educação e da didática, utilizando métodos de ensino muito próximos e idênticos aos do senso comum predominantes nas relações familiares”.

Para CAETANO, aquele autor se remete ao fato de que a atual escola dos filhos, é bastante parecida com a escola que os pais freqüentaram, e por isso, estes últimos não deveriam sentir-se tão distanciados do sistema educacional, e também o professor, embora admita a necessidade da participação dos pais na escola, não sabe bem como encaminhá-la. Assim, de acordo com PARO (2000, p. 68) apud CAETANO “parece haver, por um lado, uma incapacidade de compreensão por parte dos pais, daquilo que é transmitido na escola; por outro lado, uma falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação”.

Para DELORS (1998, p. 111), “um diálogo verdadeiro entre pais e professores é indispensável, porque o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre a educação escolar e educação familiar”. Se houver uma interação entre familiares e professores como: contribuição nas tarefas escolares e trocas de informações, idéias e opiniões relacionadas a criança, auxiliariam não somente no melhor andamento de aprendizagem, mas também no ambiente escolar.

Dependendo das condições do meio e das relações existentes entre criança e os colegas e membros da instituição, substituir a responsabilidade dos pais para a escola pode ajudar o desenvolvimento pessoal da criança do que na convivência com uma família mal estruturada. Mas sem dúvida, essa substituição priva a criança de experiências de relacionamento afetivo familiar que são essenciais para construção da identidade. Assim, a família que transfere suas responsabilidades para outros, como para o professor, que já tem conhecimentos sobre o funcionamento do sistema escolar e acaba por valorizar e aceitar a ajuda do aluno, não contribui para a escolarização dos filhos. O ideal é que se desenvolva um trabalho envolvendo a escola e família, numa relação recíproca, pois as influências dos dois meios são importantes para a formação do indivíduo.

“É na família que o indivíduo irá buscar energia, sustentação para enfrentar situações difíceis de serem vivenciadas”. (PORTES, 2000, p.70).

Nesse sentido, a família deve realizar um trabalho no interior do lar para que o filho supere as diversas situações difíceis como a ausência dos pais, as dificuldades financeiras e outros, levando o filho a dar continuidade aos estudos, pois a formação adquirida no interior da família, a imagem de pais sérios, honestos e trabalhadores favorecem no desempenho escolar dos filhos e nos seus comportamentos escolares.

Sabe-se que na atualidade, a família assume uma função social voltada para atender as exigências do mercado de trabalho, pois a política vigente, globalizada, direciona a ação da família e da escola, porém mesmo com essa denominação os pais ainda ocupam grande parcela de poder de decisão sobre filhos menores.

Considera-se que a família na relação com a escola participa da construção do sucesso escolar de diferentes maneiras. Suas ações podem contribuir ou não para a permanência duradoura do filho na escola. Alguns pais apresentam uma postura contrária à escola, não estimulando a escolarização dos seus filhos. Outros, expectativa de satisfazerem seus desejos de estudar não alcançados e de superar a condição social em que vivem, transmitem conselhos, valores e costumes familiares em relação aos estudos, que nem sempre são aprendidos pelos filhos que em alguns casos, acabam apresentando comportamento de resistência à escola.

Por outro lado, existem conflitos entre família e escola devido às diferenças de classes sociais, valores, crenças, hábitos de se interar e de se comunicar. Isto é, a família, muitas vezes tem modelos de comportamento e de pensar diferente da escola do seu filho, sendo necessário que os pais se preocupem em escolher a escola para seus filhos de modo que se assemelhe ao seu próprio modelo.

A escola como promotora da participação, precisa antes de tudo, conhecer um pouco das famílias, observando seus comportamentos e atitudes, e através da compreensão e do respeito procurar estratégias adequadas às necessidades da família, sem desvalorizá-la pela sua classe social.

Quanto mais se valorizar o saber do aluno, mais relações podem ser estabelecidas. Entre os conteúdos que serão aprendidos e os conhecimentos já existentes, e também mais possibilidade terá a criança de responder a situações ou problemas complexos. Dessa forma, o simples fato do estudo partir de

situações próximas ao aluno já cria um ambiente favorável para a aprendizagem e motivação do educando.

Quando a escola e a família mantêm um relacionamento direcionado ao bem estar da criança, com valores semelhantes, propiciando o bom aprendizado da criança, as dificuldades que eventualmente surgirem, poderão ser amenizadas.

3. METODOLOGIA

Segundo LAKATOS (1996) a finalidade da pesquisa é descobrir respostas para questões mediante a aplicação de métodos científicos. Esses métodos, mesmo que, às vezes, não obtenham respostas fidedignas, são os únicos que podem oferecer resultados satisfatórios ou de total êxito.

A pesquisa sempre parte de um tipo de problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno. Várias hipóteses são levantadas e a pesquisa pode invalidar ou confirmar as mesmas.

Nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que se deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo. Nesse caso, utiliza-se o método da amostragem, que consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos.

A metodologia usada para realizar o trabalho foi da pesquisa de campo com coleta de dados. As técnicas utilizadas para pesquisa compreenderão a observação, a realização de questionário e a elaboração de análise de conteúdo.

4. Análise e discussão dos resultados

Participaram da presente pesquisa Diretores, Professores, Alunos e os pais, perfazendo um total de 61 questionados, de 04 Escolas da região central, da Rede Estadual de Ensino, na cidade de Palmas Tocantins.

Dos 70 questionários aplicados, houve um retorno de 61 respondidos. Sendo 04 de diretores, 19 de Professores, 20 de Alunos e 18 de pais de aluno.

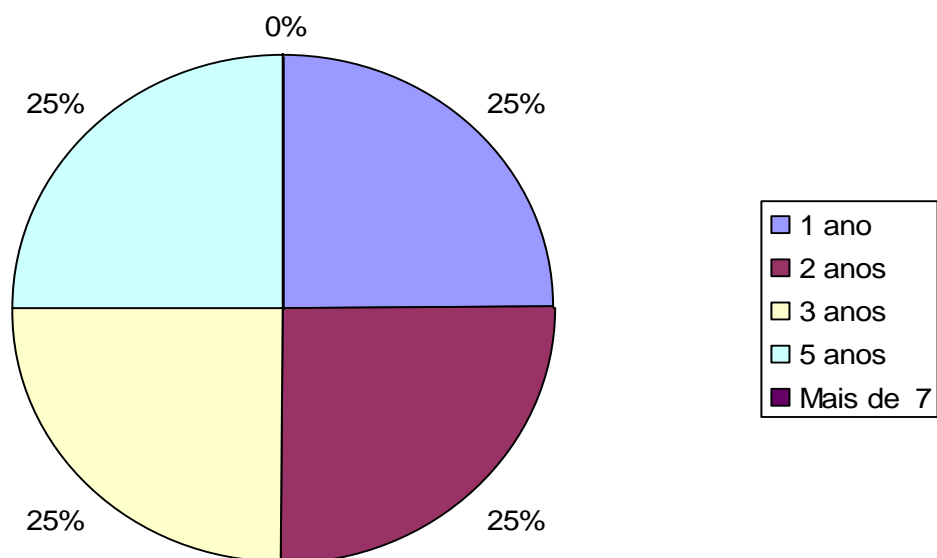
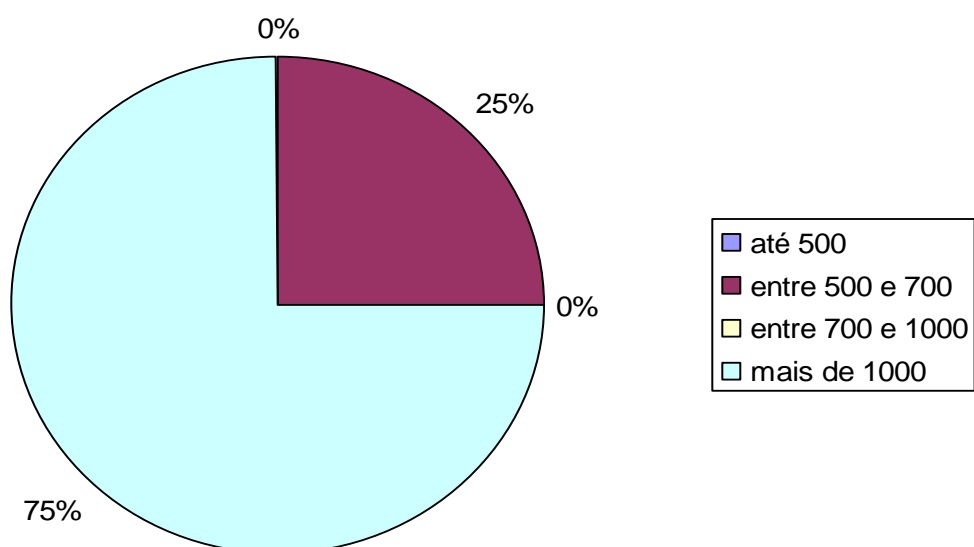
Trata-se de um estudo descritivo e exploratório que tem como objetivo diagnosticar e analisar se as Escolas Públicas da região central da cidade de Palmas-TO, em seus diferentes segmentos, têm autonomia e liberdade de ação, podendo as mesmas ser consideradas escolas com gestão democrática.

O material utilizado para coleta de dados foi elaborado especialmente para essa pesquisa e constitui-se de questionários específicos para os diferentes segmentos da comunidade escolar contendo questões individuais, para maior esclarecimento e garantia na verificação dos resultados.

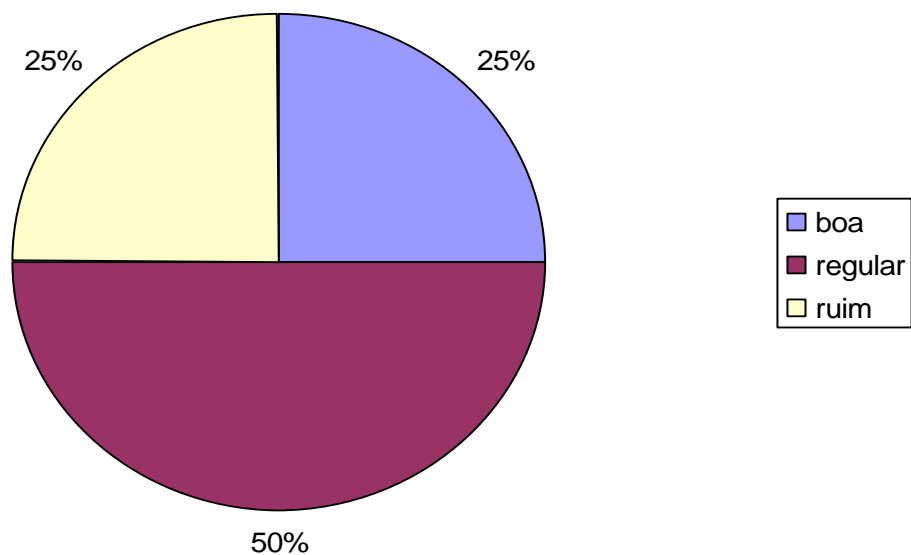
A realização do trabalho seguiu as seguintes etapas em seu desenvolvimento:

- 1- Os questionários foram elaborados e submetidos à apreciação da Professora Orientadora do trabalho, com base nas sugestões foram feitas às modificações necessárias, visando tornar mais clara e adequada a sua aplicabilidade.
- 2- Aplicação do instrumento:- Através de contato verbal com os Diretores das Escolas selecionadas, foi solicitado autorização para a aplicação dos questionários e colaboração na distribuição e recolhimentos dos mesmos.
- 3- O material foi deixado com as direções das escolas, aplicados conforme a disponibilidade de cada um dos questionados e posteriormente recolhidos em sua totalidade.
- 4- Tabulação e análise dos dados dos questionários: Fez-se a tabulação e análise dos dados separadamente por direção, professores, alunos, pais e analisados em sua totalidade qualitativa e quantitativamente, através de porcentagem.

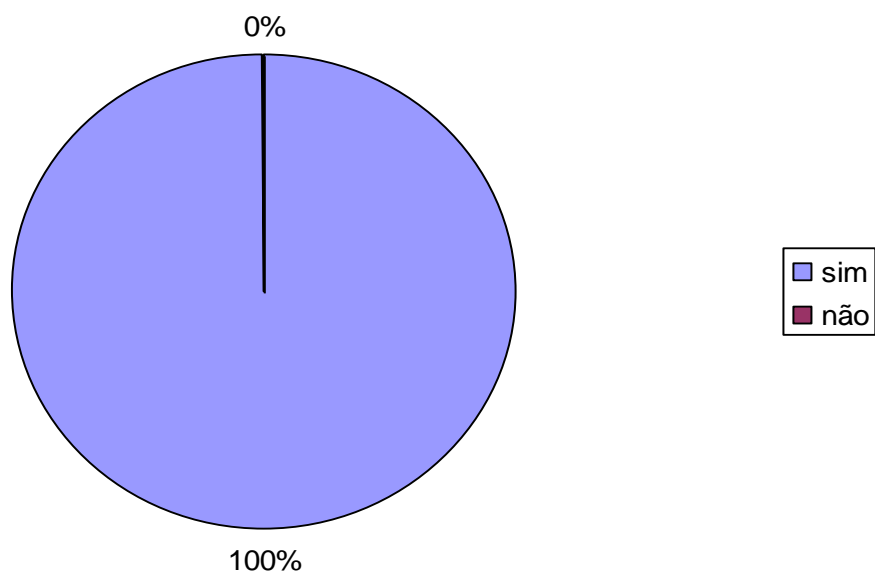
Para analisar se as Escolas Públicas da região central da cidade de Palmas, em seus diferentes segmentos, têm autonomia e liberdade de ação, podendo as mesmas serem consideradas escolas com gestão democrática, foram coletadas opiniões de 61 pessoas que de alguma forma estão envolvidas no processo educacional dessas escolas que será demonstrado através dos gráficos abaixo:

1. Direção: Há quantos anos atua na direção da escola?**2. Direção: Qual o número de alunos que estão regularmente matriculados nesta escola?**

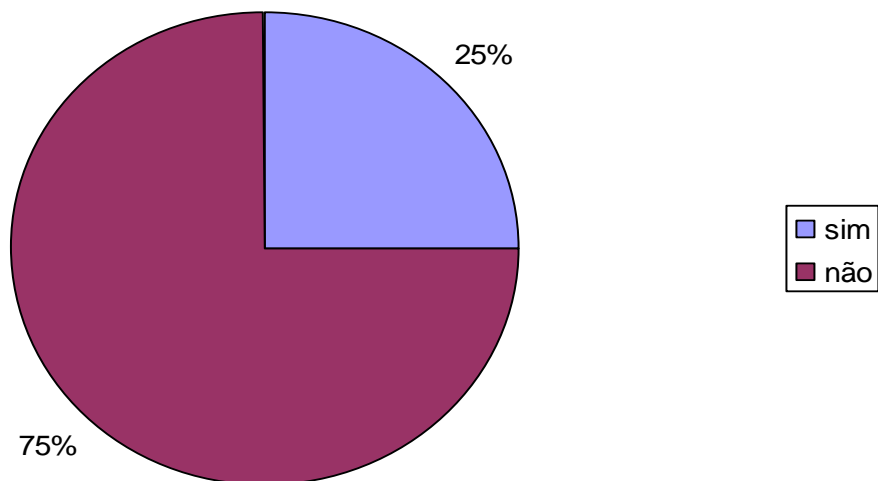
3. Direção: Como você considera a participação dos pais nos assuntos da Escola:



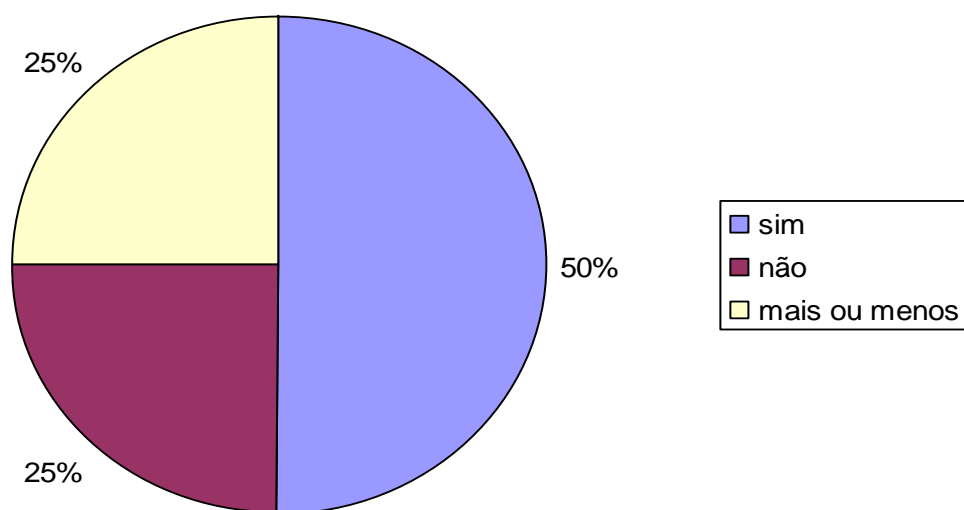
4. Direção: Utiliza alguma estratégia para aumentar a participação da comunidade na escola?



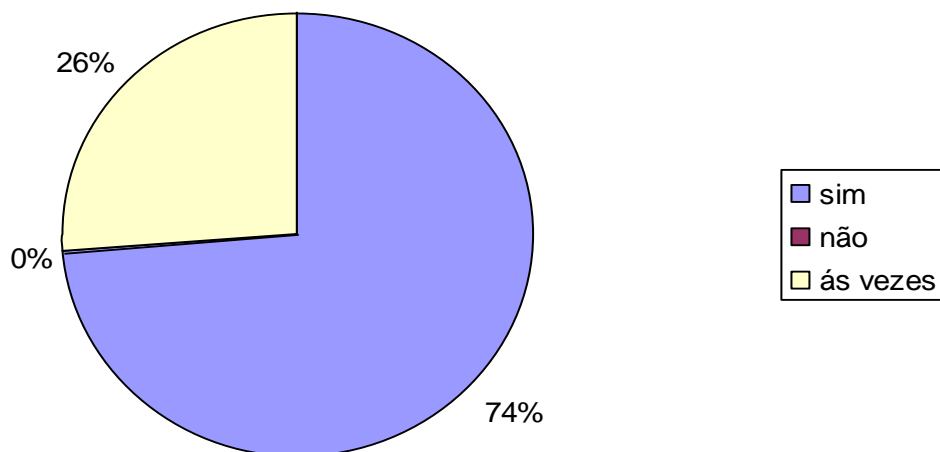
5. Direção: A elaboração do projeto político pedagógico contou com a participação da comunidade?



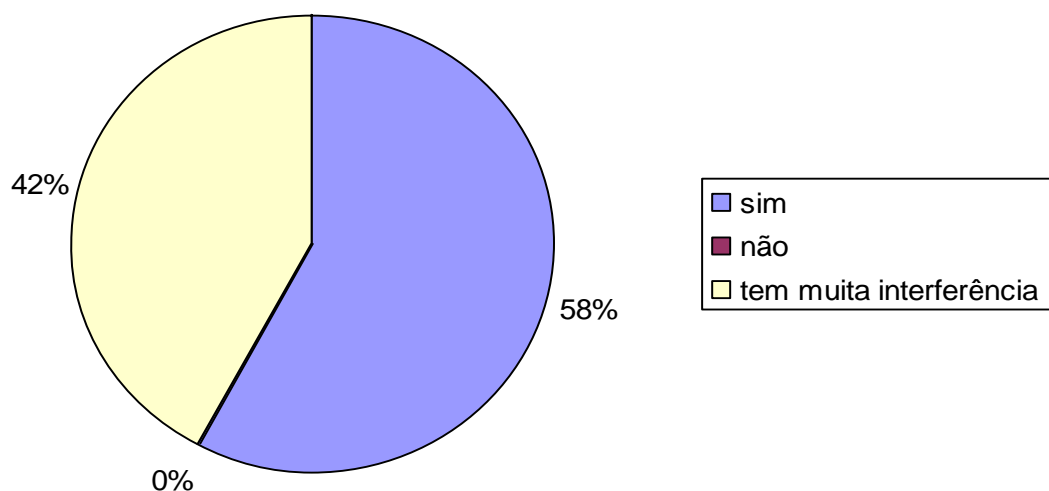
6. Direção: Com a participação da comunidade, houve avanço na qualidade do ensino.



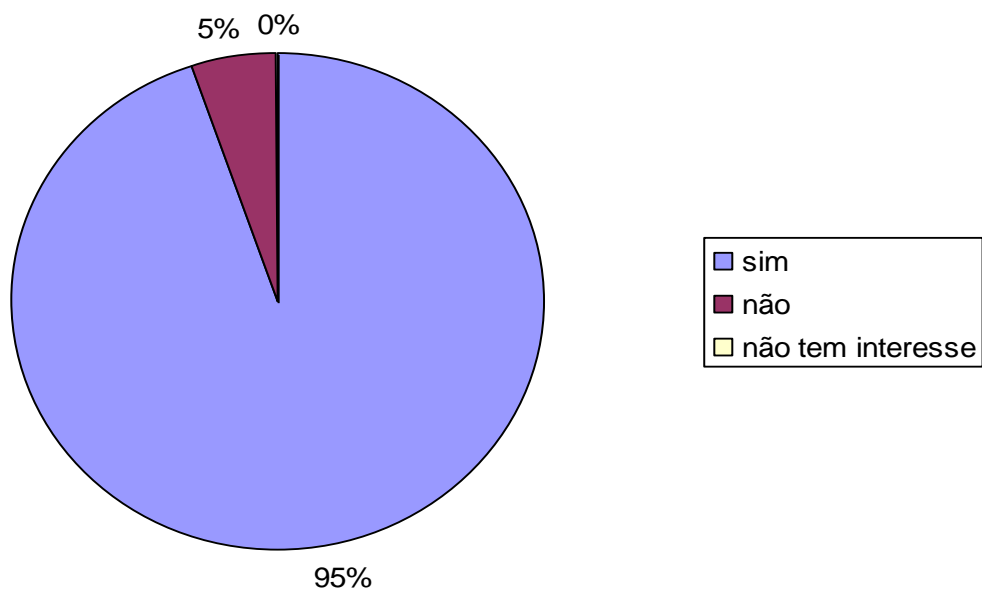
7. Professor: Suas decisões em relação aos alunos nas questões disciplinares são acatadas pela equipe pedagógica e direção?



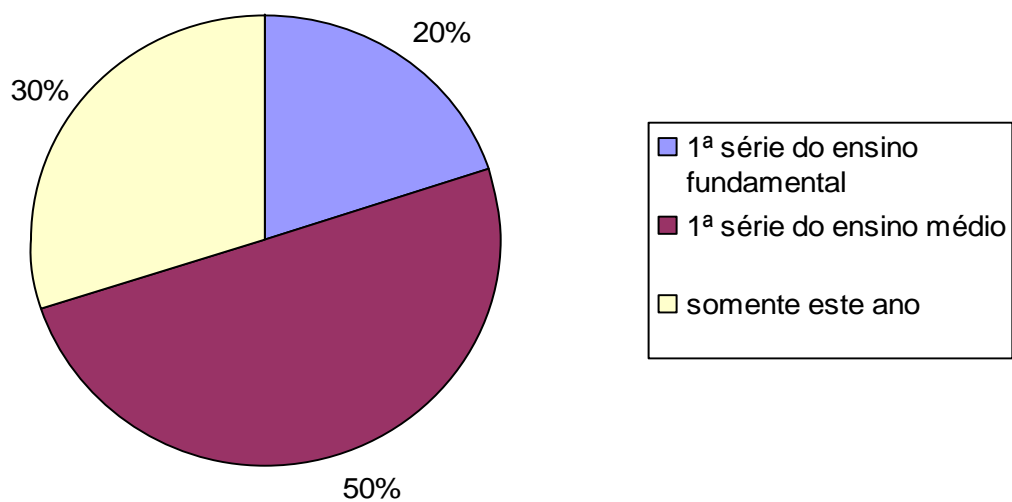
8. Professor: Tem autonomia na elaboração do planejamento?

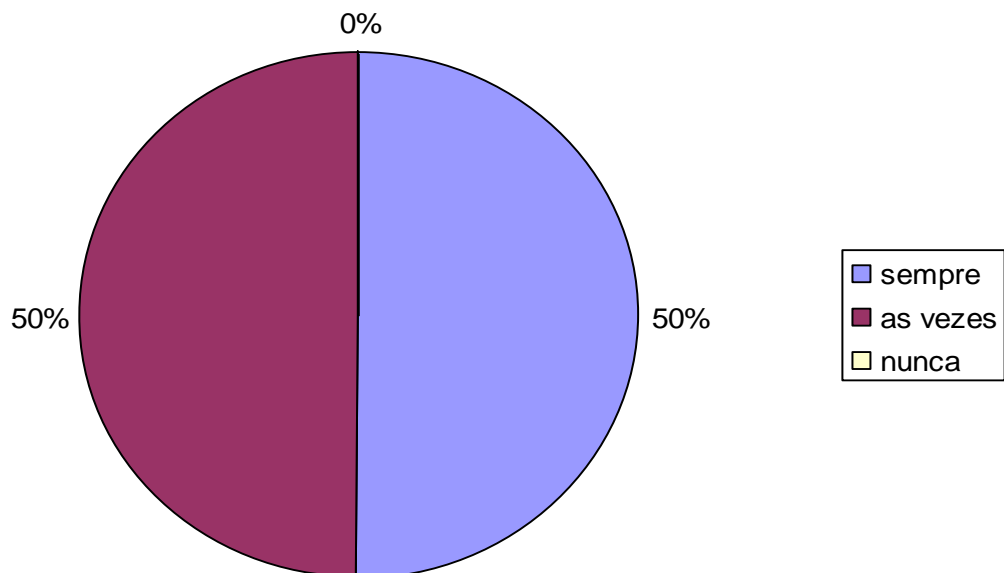
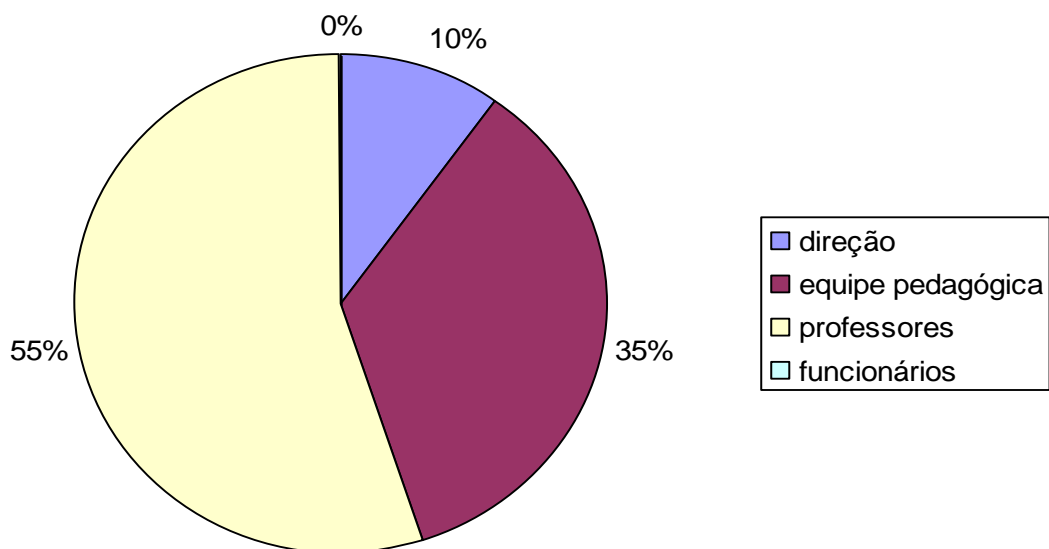


9. Professor: Conhece o projeto político pedagógico da escola?

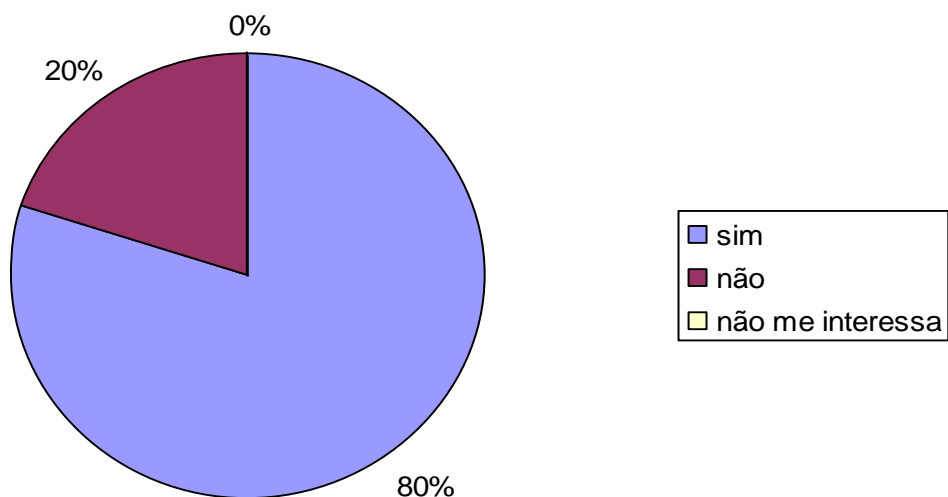


10. Aluno: Você estuda nesta escola desde:

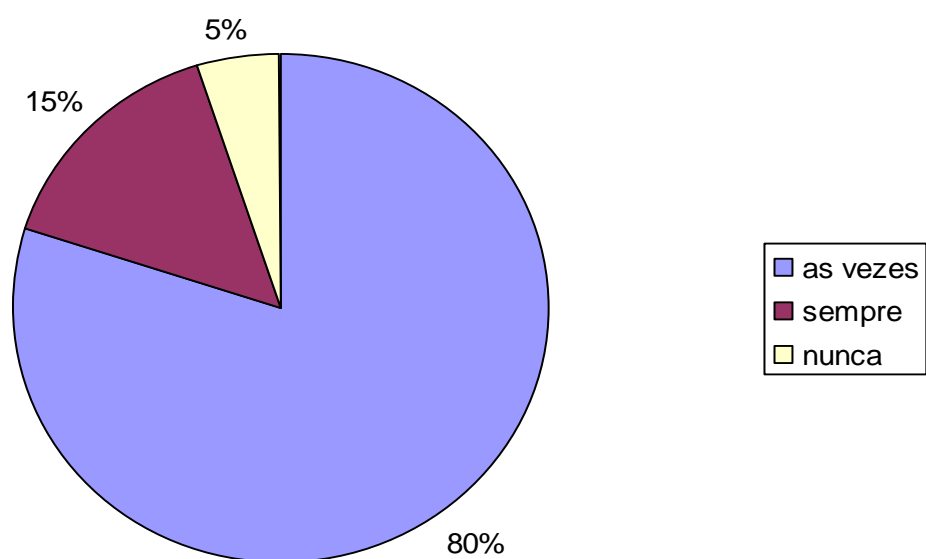


11. Aluno: Você tem liberdade de expor suas idéias?**12. Aluno: Com quem você tem mais liberdade para falar:**

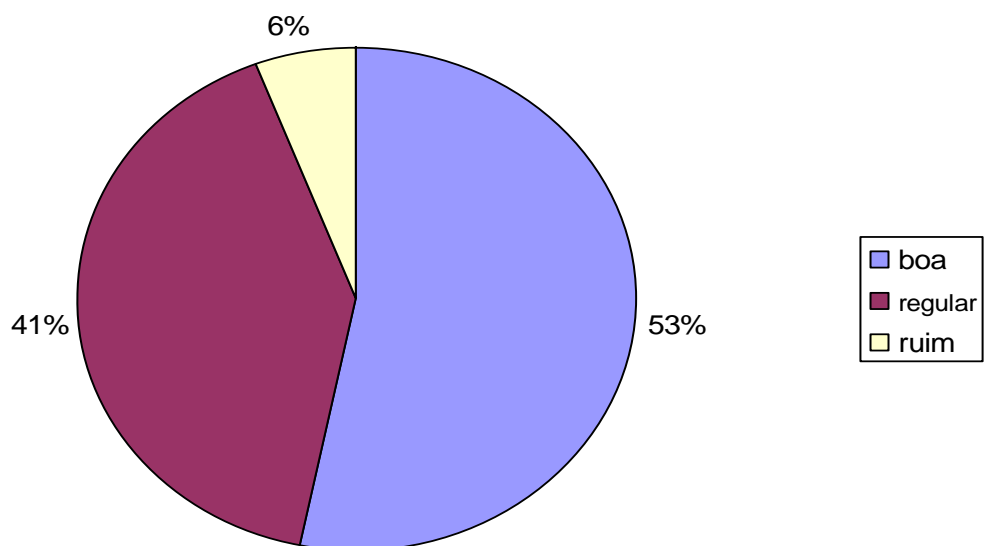
13. Aluno: Você ou sua família receberam o regimento interno da escola na matrícula ou em outro momento?



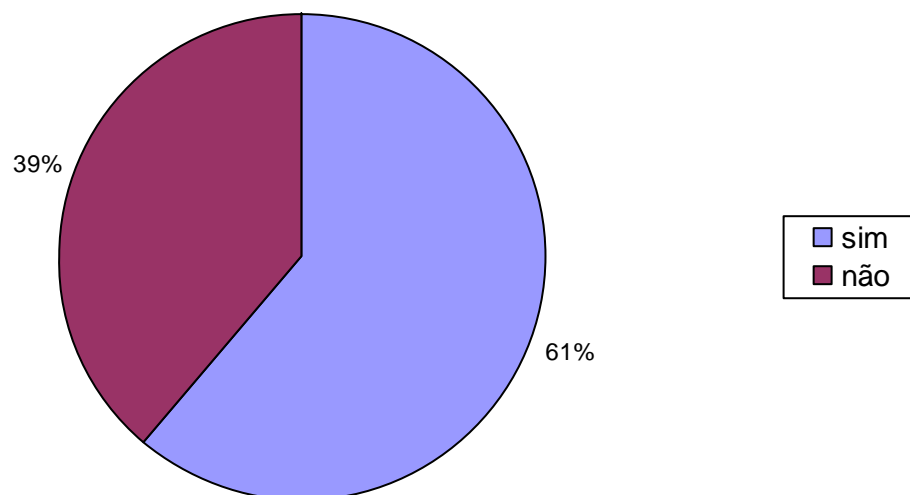
14. Aluno: Você acha que as opiniões da comunidade são ouvidas e levadas em considerações pela direção?

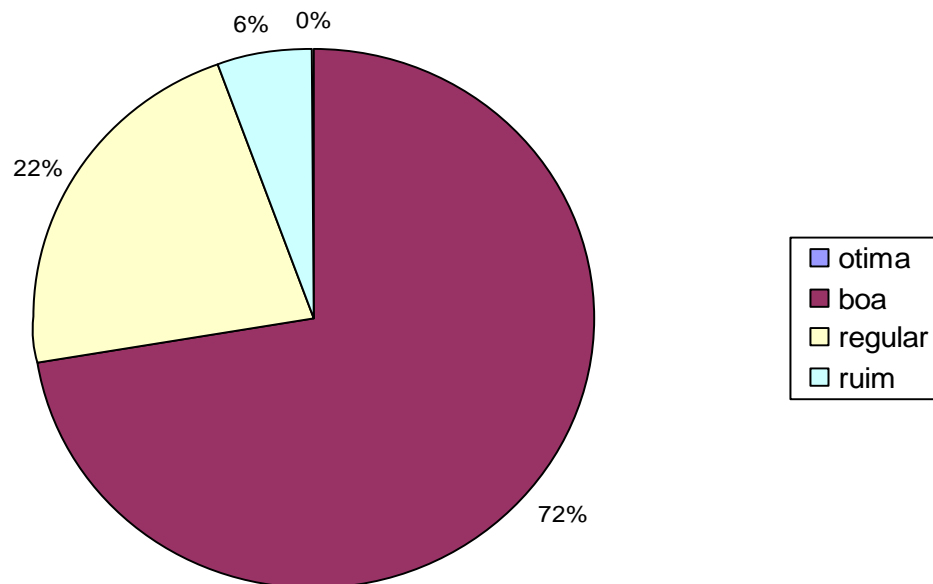
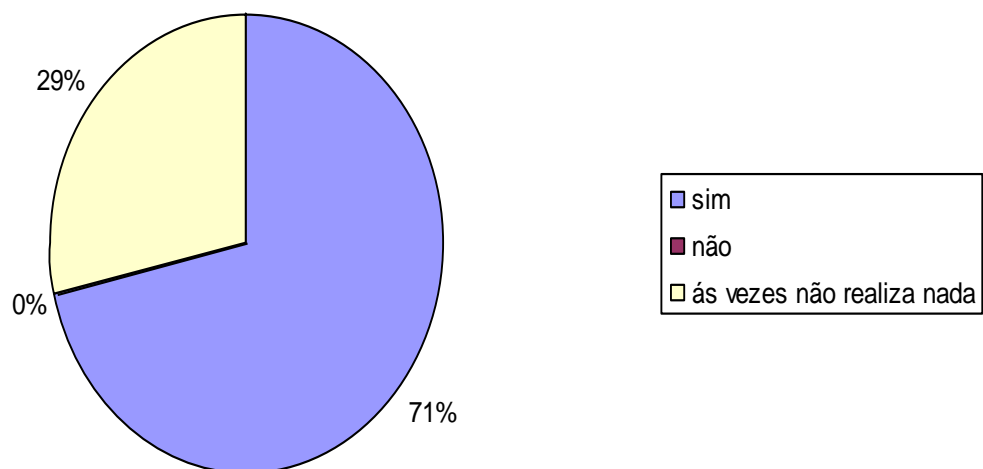


15. Família: Como você considera a participação dos pais nos assuntos da escola?



16. Família: A escola utiliza alguma estratégia para aumentar a participação da comunidade na escola?



17. Família: Como vê a relação da família com a escola?**18. Família: Você concorda com as decisões da direção na elaboração de projetos e obras realizadas na escola.**

5. Conclusão

Através dos resultados obtidos, verificou-se que para a democratização da escola, é fundamental que haja abertura para que todos os segmentos possam dar suas opiniões, que tenham liberdade de expor suas idéias, discuti-las, escolher e executar as melhores ações e projetos com apoio da direção e equipes que fazem parte da comunidade escolar.

Considerando os objetivos propostos no início desta pesquisa e confrontando com a análise dos dados obtidos foi possível concluir:

A maioria dos Diretores considera boa a participação dos pais nos assuntos da Escola, mas todos recorrem a estratégias diversificadas para atrair a comunidade, como: reuniões, entrega de boletins diretamente aos pais, festas juninas e outras.

Já na elaboração do Projeto Político Pedagógico, a participação da comunidade foi mínima. O que frustra às vezes a direção e toda equipe por não conseguir envolver a comunidade o suficiente nos projetos escolares.

Para uma escola ser democrática, é fundamental que haja abertura para que todos os segmentos possam dar suas opiniões, que tenham liberdade de expor suas idéias, discuti-las, escolher as melhores ações e projetos para colocá-los em prática.

Segundo a opinião dos professores, tanto os diretores como a equipe pedagógica acata suas decisões relacionadas à disciplina dos alunos, a grande maioria tem autonomia para elaborar o planejamento e tem conhecimento do projeto político pedagógico da escola.

Entre a maioria dos alunos estão os que estudam na Escola desde a 1ª série do ensino médio, desta forma pode-se dizer que eles têm condições de avaliar com propriedade a gestão da escola. Grande parte disse que tem mais liberdade para falar com os professores mais também considera boa a relação entre alunos e equipe pedagógica, 50% têm liberdade de expor suas idéias, o que facilita muito o desenvolvimento de ambos.

A maioria das famílias tem conhecimento do regimento interno da escola, pois, o recebem na matrícula ou em outro momento, mas dizem que às vezes as opiniões da comunidade não são levadas em consideração.

A grande maioria dos pais acha que a participação nos assuntos da escola é boa, pois as escolas estão sempre inovando usando diferentes estratégias tais como comemoração de datas importantes, promoções, reuniões e outras mais para ampliar participação dos pais.

A maior parte concorda com as decisões da direção na elaboração dos projetos e obras realizadas na escola e dizem que os diretores trabalham com empenho para melhorar as condições físicas e pedagógicas da escola.

Todos os envolvidos nesta pesquisa acham que a escola democrática é aquela onde existe interesse, participação ativa de toda comunidade escolar, é precisa ter diálogo, respeito, abertura a sugestões, críticas, autonomia, liberdade de expressão e também ações que favoreçam o bem comum.

Conclui-se, portanto, que os professores, alunos e pais consideram a escola democrática, ou pelo menos tem uma proposta de uma gestão democrática, onde as pessoas que fazem parte da comunidade escolar têm liberdade de expor as suas idéias, opiniões e também de participar dos projetos políticos pedagógicos da mesma.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BONOMI, Adriano. **O relacionamento entre educadores e pais**. In: BONDIOLI, Anna;

CAETANO, Luciana Maria. **Relação escola e família: uma proposta de parceria**. Disponível em: www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_.../Jul.../Luciana.pdf. Acesso em 25 julho de 2007.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **Gestão Democrática da Educação: exigências e desafios**. *Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação*, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2002.

DOLORS, Jacques. **Um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, N. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA na Perspectiva de uma Educação para a Cidadania**. Disponível em: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/Projeto_Politico_Ped_1998.pdf. Acesso em: 29 nov. 2007.

LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004.

LOURENÇO, Angélica et al. Projeto Pedagógico: concepção e demandas de questões atuais. Rev. PEC, Curitiba, v.3, n.1, p.9-10, jul. 2002-jul. 2003. Disponível em:<http://www.bomjesus.br/publicacoes/pdf/revista_PEC_2003/2003_projeto_pedagogico_questoes.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2008.

LÜCK, Heloisa. **Planejamento em orientação educacional**. Petrópolis: Vozes,1991.

MANTOVANI, Susanna. **Manual da educação infantil de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire,2001.

PATTO, MARIA HELENA SOUZA. **Psicologia e ideologia: Reflexões sobre a Psicologia Escolar**: São Paulo: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1981.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO, Danda. **O que é família**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
ROSSI, Vera Lucia Sabongi de (Org.). Apresentação. **Cad. CEDES**, v. 23, n. 61, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622003006100001&script=sci_arttext&lng=>. Acesso em 20 dez. 2007.

SEAGOE, May Violet. **O processo de aprendizagem e a prática escolar**. 2 ed. Vol. 107. SP: Companhia Editora Nacional, 1978.

VASCONCELOS, C. **Projeto político-pedagógico: o planejamento como instrumento de transformação**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DOS EXPOENTES NA EDUCAÇÃO, 2. Livro do Congresso. Curitiba, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro.(org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2001.

Páginas Visitadas na Internet

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/13078/1/O-Papel-da-Familia-no-Processo-de-Aprendizagem-Escolar-Em-Criancas-com-TDA/pagina1.html#ixzz0zR08y795>

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

DIREÇÃO 1 - Há quantos anos atua na direção da Escola?

3 anos 5 anos 7 anos mais de 7 anos

DIREÇÃO: 2- Qual o número de alunos que estão regularmente matriculados nesta escola?

Até 500 Entre 500 e 700 Entre 700 e 1000 Mais de 1000 alunos

DIREÇÃO: 3- Como você considera a participação dos pais nos assuntos da escola:

Boa Regular Ruim

DIREÇÃO: 4- Utiliza alguma estratégia para aumentar a participação da comunidade na escola?

Sim Não

DIREÇÃO: 5- A elaboração do projeto político pedagógico contou com a participação da comunidade?

Sim Não

DIREÇÃO: 6- Com a participação da comunidade, houve avanço na qualidade do ensino.

Sim Não

PROFESSORES: 7- Suas decisões em relação aos alunos nas questões disciplinares são acatadas pela equipe pedagógica e direção?

Sim Não Às vezes

PROFESSORES: 8- Tem autonomia na elaboração do planejamento?

Sim Não Tem muita interferência

PROFESSORES: 9- Conhece o projeto político pedagógico da escola?

Sim Não Não tenho interesse

ALUNOS: 10- Você estuda nesta escola desde:

Primeira série do Ensino Fundamental Desde a 5ª série
 1ª série do Ensino Médio Somente este ano

ALUNOS: 11- Você tem liberdade de expor suas idéias?

Sempre Às vezes Nunca

ALUNOS: 12- Com quem você tem mais liberdade para falar:

Direção Equipe pedagógica Professores Funcionários

ALUNOS: 13- Você ou sua família receberam o regimento interno da escola na matrícula ou em outro momento.

Sim Não Não me interessa

ALUNOS: 14- Você acha que as opiniões da comunidade são ouvidas e levadas em consideração pela direção?

Às vezes Sempre Nunca

FAMÍLIA: 15- Como você considera a participação dos pais nos assuntos da escola

Boa Regular Ruim

FAMÍLIA: 16- A escola utiliza alguma estratégia para aumentar a participação da comunidade na escola.

Sim Não

FAMÍLIA: 17- Como vê a relação da família com a escola.

Ótima Boa Regular Ruim

FAMÍLIA: 18- Você concorda com as decisões da direção na elaboração de projetos e obras realizadas na escola.

Sim Não Às vezes não realiza nada